

[PeloEstado]

Planalto reage à ação de SC

O Palácio do Planalto já reagiu à decisão de Santa Catarina de depositar em juízo a parcela de fevereiro da dívida do Estado com a União, no valor de R\$ 89 milhões, e de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que aceite o mandado de segurança que pede revisão da forma de cálculo da dívida, com base em juros sobre juros. Ao final da entrevista coletiva concedida ontem pela manhã na Casa D'Agrônômica, para explicar a decisão à imprensa, o governador Raimundo Colombo recebeu convite da parte da presidente Dilma Rousseff para uma reunião de governadores, na sexta-feira (4), em Brasília, na qual o assunto será tratado. ICMS e Reforma Fiscal também constam da pauta. Em 1998, a consolidação da dívida pública do Estado com a União ficou em R\$ 4,165 bilhões no contrato de refinanciamento. De lá para cá, Santa Catarina já pagou R\$ 12,950 bilhões e, mantida a forma de cálculo de correção do governo federal, ainda deve R\$ 9,080 bilhões. "Em 2018, quando esse contrato acabar, ainda teremos resíduo dessa dívida", reclamou o governador, que recebeu a imprensa com o vice-governador Eduardo Moreira, o secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, e o procurador-geral do Estado, João dos Passos Martins. Só os R\$ 89 milhões depositados ontem seriam suficientes para a construção de 18 novas escolas para receber 1.200 alunos cada.

Milhodetrem

Governo do Estado e iniciativa privada buscam alternativas para diminuir os custos do milho em Santa Catarina. Com a saca em média a R\$ 40,00, e tendência de alta, aumenta o custo de produção



do setor produtivo de aves, suínos e bovinos. Uma das saídas é utilizar a malha ferroviária para transportar o grão de Goiás ou Mato Grosso até Lages, de onde sairá em caminhões para as agroindústrias ou produtores no Oeste. Ontem, logo depois do encontro com a imprensa, o governador Colombo, o vice Eduardo Moreira e o secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa receberam o presidente da Rumo/ALL, Júlio Fontana, além de lideranças e técnicos ligados ao agronegócio para discutir o projeto. O governador acredita que a melhoria da malha ferroviária seria uma solução para a falta de milho e os altos custos do grão em Santa Catarina, além de beneficiar outros setores da economia. "Calculamos que a redução no custo do frete vai impactar em 11% no custo final da saca do milho. Vai aumentar a nossa competitividade. Uma nova reunião foi agendada para discutir as questões técnicas e financeiras do projeto."

Direito Colombo reforçou várias vezes que não se trata de um calote do Estado contra a União, mas da busca de um direito e de Justiça. Gavazzoni foi na mesma linha: "Não é falta de dinheiro. Temos recursos, tanto que foi feito o depósito. Mas não concordamos com o cálculo". Eles também destacaram que esperam pressão por parte do governo federal, mas não represália. De acordo com o governador, todos os repasses de recursos do governo federal para o Estado ocorrem dentro do previsto.

Omissão Secretário Gavazzoni disse que desde o ano passado vem sendo cobrado um posicionamento sobre os aditivos. "Questionamos no Banco do Brasil e no Tesouro Nacional, mas até hoje não tivemos resposta. Há uma omissão grave que não nos permite tomar decisões." Ele afirmou estar consciente dos riscos da decisão: "Sabemos que a União pode nos bloquear e exigir a cobrança dos R\$ 89 milhões de forma compulsória nas nossas contas".

Na Assembleia Ainda na manhã de ontem, os deputados estaduais foram à Casa D'Agrônômica para receber mais informações sobre as decisões do Executivo. Deputado Merisio explicou que no final de dezembro de 2015 foi aprovada a autorização para o governo negociar a dívida com a União levando em conta a lei apresentada pelo governo federal e apro-

vada no Congresso. "Mas um decreto do próprio governo federal mudou tudo e nós estamos agora proibindo o Estado de assinar aditivos que não estejam em conformidade com a lei complementar aprovada e também a suspender o pagamento da dívida." Para Merisio, trata-se de uma demonstração clara de "apoio para uma medida de Estado, e não de governo".

Socorro Deputa Angela Albino (PCdoB-SC) apresentou proposta que pode aumentar a arrecadação dos municípios. Trata-se do Projeto de Lei Complementar (PLC 229/2016) para estabelecer o local de cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) nas operações com cartões de crédito, débito e congêneres e disciplinar a cooperação de informações entre a União e os municípios para a fiscalização do imposto. A matéria tem amparo legal no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Rodo do PR Depois de conseguir a filiação do deputado Maurício Eskudlark (agora ex-PSD), o Partido da República (PR) conquistou o empresário Nilson Berlanda, primeiro suplente de deputado estadual na coligação governista. Berlanda alegou estar sem espaço no DEM e vai procurar representar a região de Curitiba na Assembleia. A ficha foi abonada pelo vereador Márcio Poletto, presidente do PR de Curitiba.

Andréa Leonora

Florianópolis - 02Mar16

CENTRAL DE DIÁRIOS

PRESENÇA EM
62% DE SC



Central de
Diários do
Interior

[PeloEstado] :: Um produto CNR
peleestado@centraldediarios.com.br
www.centraldediarios.com.br
@peleestado /peleestado